

39º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS

GT 37 – Sociologia e Antropologia da Moral

Não matará? Pessoas indesejáveis e o ponto de vista das crianças sobre moralidade e justiça nas favelas de Fortaleza.

Autores: Deiziane Pinheiro Aguiar (LEV/UFC) - Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia – UFC;

Leonardo Sá (LEV/UFC) - Professor do Programa de Pós-Graduação em Sociologia – UFC;

César Barreira (LEV/UFC) – Professor do Programa de Pós-Graduação em Sociologia – UFC.

Não matará? Pessoas indesejáveis e o ponto de vista das crianças sobre moralidade e justiça nas favelas de Fortaleza.

No dia 12 de agosto de 2015, a imprensa cearense noticiou mais uma chacina na cidade de Fortaleza, uma rotina que reverbera com a difusão dos sentimentos de medo no dia a dia e que alimenta agenciamentos dos programas policiais televisivos locais. Desta feita, a chacina foi no bairro Serviluz, no segmento territorial da Nova Estiva, um segmento do segmento Estiva, entre os vários segmentos que demarcam os pertencimentos de moradia, segundo origem, antiguidade e redes de parentesco na favela, bem como também os pertencimentos dos “envolvidos” nos conflitos armados entre as facções ou comandos em suas lutas intestinas pelo poder que envolve códigos de guerras, do mundão e da consideração nas relações de poder e dominação nos mundos do crime nas favelas à beira-mar (SÁ, 2010).¹ Com a nova chacina, nossos interlocutores, moradores do Serviluz, expressaram perplexidade e tristeza devido ao fato de que a última chacina de grandes proporções havia ocorrido lá há três anos e eles não esperavam mais que isso ocorresse no bairro tão cedo, relataram inclusive que esses eventos estavam incidindo mais diretamente no bairro vizinho do Vicente Pinzõn.

Um de nossos interlocutores nos relatou com pesar que as “guerras” parecem estar voltando ao cotidiano do bairro, guerras cujos relatos mais antigos remontam aos anos 1990, como discutiu Glória Diógenes (2008). Foi, então, após um considerável intervalo de tempo que esse evento crítico (DAS, 1995) ocorreu nessa localidade da Nova Estiva, despertando perplexidade numa população que parecia já supostamente habituada a lidar com tantas mortes por agressão decorrentes do uso de armas de fogo, como se eventos de crueldade não fossem mais moralmente avaliados no contexto das interações simbólicas, o que não corresponde aos dados etnográficos que dispomos. A aparente indiferença diante das mortes matadas que são corriqueiras no cotidiano parece mais é esconder um circuito ativo de fofocas e conversas discretas

¹ Fortaleza é a capital com maior concentração de crimes violentos letais do Brasil, com 77,34 mortes violentas por 100 mil habitantes, é o dobro da média das capitais e quase três vezes a média nacional. Em lugares como o Serviluz, passa-se ao dobro da média da metrópole. O Serviluz, portanto, possui uma das mais altas taxas de crimes violentos intencionais entre os bairros estigmatizados como muito violentos pela geografia moral da metrópole de Fortaleza.

<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/09/1688265-capitais-brasileiras-tem-um-assassinato-a-cada-meia-hora.shtml>

sobre os fatos. E, em nossas hipóteses de campo, o modo como percepção da crueldade e dispositivos morais se imbricam nas situações sociais cotidianas e extracotidianas é uma questão conceitual decisiva (BARREIRA, 2013 e 2015), ainda mais quando se tenta, como neste texto, uma problematização a partir do ponto de vista das crianças. Mas, voltemos para o relato da chacina e suas implicações para as percepções de moralidade e justiça na favela.

Na Nova Estiva, cinco jovens foram assassinados, os crimes ocorreram no dia 11 de agosto à noite, numa área de conflito armado que é classificada localmente como uma das mais bem armadas e com o “comando” de tráfico mais forte, organizado e equipado. No Serviluz, as pessoas por causa dessa representação compartilhada da Estiva como lugar de domínio sólido ficaram pasmas: “mas como conseguiram entrar? Ninguém entra aqui?”, perguntavam-se confirmando a representação de que a Estiva é o lugar mais armado, mais protegido, vigiado e “filmado” pelos integrantes do comando que lá controla o tráfico de drogas. “Será que foi a polícia?”, perguntavam-se igualmente muito de nossos interlocutores, pois havia características de invasão de um grupo armado militarizado, paramentado, com capuzes, botas, em carros pretos, motos, homens fortes, que remetiam para características imaginadas do estereótipo do policial militar ou civil dos grupos especiais dessas corporações. “Não, acho que foi a milícia, ex-policiais”, diziam outros. “Mas todos os jovens assassinados tinham passagens pela polícia, já tinham passado por prisão, logo não seria novidade se viessem e matassem eles”, avaliavam ainda. “Olha, mataram, faz pouco tempo, dois traficantes na Favela, mas não foi por esse motivo que foram lá matar eles”, e os rumores seguiam, chegando até nós por todos os lados, apontando para os conflitos de versões que caracterizam práticas etnográficas, pesquisando no perigo (ZALUAR, 2009).

Alguns relatos como esses se apresentaram como dispositivos morais, colocando as mortes numa balança, em peso e medida, as vidas exterminadas. Segundo algumas falas sociais, o fato de terem sido assassinados dois traficantes do segmento da Favela (inimigos da Estiva) não justificaria ou não seria ocasião para se iniciar uma “guerra”, como forma de retaliação, gerando uma chacina na Estiva, pois a Favela, inclusive, não teria poder de fogo suficiente para invadir a Estiva. Dessa maneira, boa parte das explicações estava diretamente relacionada à ideia de extermínio cometido pela polícia, mas também, havia boatos, dizendo que as execuções foram perpetradas por um grupo de extermínio contratado para “fazer o serviço”, havendo supostamente

uma briga interna à facção da Estiva, ou entre a Favela e a Estiva, ou entre a Estiva contra a Estiva. Um emaranhado de versões conflitantes que acompanha a trama dos conflitos. Um dos indivíduos considerado como cabeça do tráfico foi executado naquela noite e isso desencadeou uma nova complexidade para os conflitos, pois as explicações e as justificativas passaram a ocupar boa parte das conversas informais no bairro devido à ocorrência desse evento crítico (DAS, 1995).

A chacina para as crianças

As crianças foram fortemente afetadas pelo clima de medo trazido pela chacina. João e Cristiano andavam pelas ruas da Estiva, caminhando conosco, até a casa de Dona Francisca, mãe de um dos rapazes assassinados na chacina, que teve a casa invadida no dia da chacina, seu filho foi morto dentro da casa dela, ele tinha saído recentemente da prisão e era classificado como “envolvido” no mundo do crime. Dona Francisca é também mãe de três crianças (Rosa, Eduardo, Carlos). As crianças nos disseram que “antes 10h (22h) era cedo, agora 7h (19h) é tarde”, para ressaltar como a chacina é um marcador da experiência sociotemporal e socioespacial das crianças. Os episódios de extermínio pontuais ou as chacinas ocorridas nos últimos três anos no Serviluz, uma em 2012 e outra em 2015, sem falar, por exemplo, nas 68 mortes matadas que acompanhamos em campo entre 2008 e 2010, na primeira etapa da pesquisa, tornaram-se marcantes para os sentimentos de pertença dos moradores.

No dia a dia, os eventos de violência letal são frequentemente presenciados pelas crianças na favela. Algumas das crianças com quem mantemos interlocução podem ser definidas pelo seguinte tipo ideal, apresentado de modo descritivo, como se fosse um relato real, mas se trata de um caso do possível: algumas crianças pesquisadas são filhos de pais usuários abusivos de drogas, de traficantes de drogas, ladrões, assaltantes, prostitutas, homicidas, é comum o pai ou algum membro de sexo masculino da família estar “marcado para morrer” ou serem “envolvidos” no mundo do crime, também é comum crianças filhas de ex-presidiários, homens agressores domésticos, inclusive, com relatos frequentes de abuso sexual e exploração sexual de crianças e adolescentes, entre outras características que fazem das crianças interlocutoras da pesquisa de campo que está dando base para este texto sentirem-se distantes dos padrões de sociabilidade de crianças das camadas médias. Quando crianças, elas tiveram seus pais presos por várias razões. É comum, além do grande medo que sentem as crianças, elas nutrirem sentimentos de vingança em relação aos parentes já atingidos pelas

guerras. Há a crença social de que crianças quando crescem buscam vingar seus parentes assassinados. De modo que esses relatos ganham força de crença, sendo confirmados por narrativas de casos que confirmam a crença. As redes familiares vão distribuindo as crianças entre si para educá-las coletivamente ², as situações complexas são das crianças abandonadas à própria sorte, são um pequeno grupo, mas chamam a atenção da coletividade. Há também as crianças sem pai na favela, a mãe passa o dia fora labutando pelo sustento da casa e as crianças vão para a escola municipal da comunidade ou então para outras escolas de periferia quando não há vagas ou com a inexistência de escolas. Após a manhã na escola meninos e meninas gostam de brincar na rua de bola, de pular corda, de pega-pega, de “bila” (bola de gude) ou de “peia” (chicote) ³ com os coleguinhas. Algumas crianças são “convidadas”, ou melhor, recrutadas para serem “aviãozinho” do tráfico de armas e de drogas da favela, sendo oferecido como recompensas um tênis da moda e alguns trocados. A criança se torna um “menino envolvido no crime”, mesmo estando engajada nos vários projetos sociais dentro da comunidade. “Trampando” como “aviãozinho” inicia seu “vício” nas drogas e começa a furtar as encomendas para seu próprio uso. Os traficantes desconfiam e ele deve começar a pagar pelo que consome. A dívida aumenta. Passa assaltar e furtar os de “dentro” e os de “fora” da comunidade para alimentar o seu consumo de drogas e pagar o débito. Aos 10 anos, aproximadamente, a criança já pode ter perdido seus grandes amigos de infância, assassinados por dívidas de drogas e conflitos interpessoais como contextos mesclados. Os assaltos e os furtos aumentam e a polícia vai lhe “marcando”. Os furtos aos moradores e aos vizinhos da comunidade vão se tornando constantes, gerando uma revolta comunitária contra a criança. Então, um comerciante, um dono de mercearia, não aguentando mais as “estripulias” do moleque encomenda a alguma gangue ou policiais ou seguranças privados para “dar-lhe um jeito”. Pode ser uma surra, mas com o tempo pode ser estar “marcado para morrer”. Aos 12 anos, pode ser morto na esquina de casa ou em outra rua próxima. A comunidade local perde mais uma vida.

Em incursões recentes ao campo de pesquisa com as crianças no Serviluz, 18 e 26 de agosto de 2015, em decorrência da chacina na região de conflito da Estiva,

² A circulação de crianças é uma prática nas camadas populares, as crianças transitam entre as casas de diversas “mães”, sendo essas mulheres pertencentes a rede de parentesco ou não (FONSECA, 1999).

³ A brincadeira da “peia” é uma prática infantil na comunidade do Serviluz. As crianças montam uma roda cercado um colega e o surram simultaneamente, e ele precisa se defender do ataque coletivo, há uma dimensão de aprender a se defender numa briga nessa brincadeira. Em outra versão da brincadeira, forma-se uma roda e “quem falar primeiro, leva peia”, segundo um de nossos interlocutores.

um novo *insight* emergiu nessa pesquisa: poderíamos falar em uma “solidariedade” das crianças em relação às crianças que perderam seus parentes ou conhecidos por “morte marcada” e teriam elas mais solidariedade do que os adultos? Existiria aí uma dimensão simbólica que apontasse para uma perspectiva moral por parte das crianças? Podemos falar que existe uma moralidade agenciada pelas crianças como forma de diferenciação frente aos dispositivos morais dos adultos? E, então, novamente, é despertada uma curiosidade analítica e um campo aberto de questões a ser desenvolvido ao longo dessa pesquisa. Uma discussão sobre a agência moral das crianças em contextos de lutas armadas nas favelas possibilita uma compreensão conceitual e analítica da sociologia e da antropologia da moral em outros parâmetros e através de outra reflexividade, de outra racionalidade em situação.

Para essa reflexão, tomaremos algumas manifestações situacionais das crianças e adolescentes diante do evento crítico da chacina que mencionamos acima. Primeiro, as manifestações do Cristiano (11 anos), do João (12 anos) e da Carol (14 anos) em relação aos irmãos que perderam um jovem na chacina da Estiva. Pedro chorava copiosamente na sala da mãe que perdeu um filho na chacina, ele abraçou Rosa, irmã menor da vítima, mas também, manifestou certa solidariedade ao ir conosco na casa daquela família. João também expressou solidariedade ao confortar a mãe que perdeu um filho na chacina, ele narrou o ato de fala de Mateus, o filho, que dizia, na esquina de casa na companhia dos colegas, não gostar de estar usando drogas e que não desejava aquilo para ninguém. Carol expressou sentimento de tristeza pelo ocorrido, alívio por não ser com ninguém de sua família, sentimento de injustiça: “e nem vão prender, tia, polícia não prende polícia”. Na percepção da menina, a morte de Mateus e todos os outros jovens assassinados naquela noite “ia ficar por isso mesmo”. A menina de 14 anos, vizinha de rua onde mora Rosa, Eduardo e Carlos, estava com medo de brincar nas ruas do segmento da Estiva e de estar com os coleguinhas, irmãos de Mateus, e recusava-se a ir para a casa destes para visitá-los.

Algumas outras situações em campo figuraram como emblemáticas para a compreensão das sensibilidades morais das crianças diante das mortes matadas no Serviluz. Em 2014, após uma atividade recreativa na praia do Vizinho, o projeto que acompanhávamos em pesquisa de campo, antes de servir o lanche das crianças, seus educadores propuseram um momento de oração, cuja prática era recorrente por se tratar de um projeto missionário, em especial, o coordenador do projeto disse: “Gente,

silêncio. Quero pedir um momento de silêncio para o irmão do fulano (um menino que estava presente) que foi assassinado anteontem”. As crianças, público alvo do projeto, e os voluntários ficaram em silêncio naquele instante. O coordenador após três minutos solicitou que um dos meninos fizesse uma oração para o menino que perdeu o irmão: “Meu Deus, obrigada por tudo e cuida da vida do fulano, mas também de sua família. Amém!”.

Mas o que seria solidariedade para as crianças? No momento, isso é uma questão em aberto e que precisa ser pensada de um modo mais etnográfico, mapeando o campo semântico de nossos interlocutores para esse tópico. As situações figuravam como solidariedade para as valorações acionadas em cada contexto de interação pelos pesquisadores? Haveria aí um etnocentrismo de nossa parte? A solidariedade em situações de conflito e na favela podem ter outras dimensões, não completamente distantes das concepções de solidariedade no plano mais amplo, pois a solidariedade é intrínseca aos coletivos antropológicos, bem como o conflito. Dessa maneira, uma nova reflexão emerge, corrobora no campo das questões empíricas, o que é a solidariedade para as crianças, mas também, para as famílias que perderam seus jovens?

A “solidariedade das crianças” pode ser compreendida pela sociabilidade das crianças, pois estão em situações de interação social e compartilhamento de práticas intersubjetivas no âmbito das construções das valorações morais em situação, o que torna o campo analítico mais rico em decorrência da pesquisa etnográfica abranger um longo período de campo (2008-2015). A sociabilidade das crianças como impulsionadora de práticas de moralidade nas suas relações sociais, ou melhor, nas situações e nas demandas de produção de sujeito moral num espaço espraiado de lutas simbólicas e armadas pelos domínios da favela, onde a “marcação dos corpos e das vidas” ocupa o centro de atenção e energia na ordem da interação simbólica, com intensa significação social para meninos e meninas, envolvidos ou não no crime.

As crianças parecem sentir muito por tudo aquilo e demonstravam seus sentimentos de perda (MAUSS, 1979) - mesmo aquelas que não perderam um parente, mas um vizinho, alguém que viam praticamente todos os dias. Elas perderam um espaço na rua para brincar por conta do medo e dos cuidados dos pais e cuidadoras, perderam os amigos que se mudaram para uma casa mais distante, perderam as tardes que pareciam mais alegres antes da chacina, perderam os minutos a mais na rua enquanto a mãe mandava entrar para jantar e dormir.

Essas crianças presenciavam pela primeira vez uma chacina, a geração atual de crianças da Estiva que passava pela primeira chacina. Mas elas não eram as primeiras gerações a passar por isso, os adultos já sabiam como era isso, já tinham presenciado quando crianças, na sua época. Há um trabalho de memória nesse momento de experiência direta das crianças atuando sobre a interpretação dos acontecimentos, relacionando memória, esquecimento e silêncio (POLLACK, 1989).

Uma parte da infância ia ficando mutilada, tendo que fazer do silêncio diante da violência presenciada um relato de dor não dita (DAS, 1999), as restrições aumentavam, o medo tomava de conta, o medo da rua do trilho, o “medo dos outros” (CASTRO, 2012). Antes era um caso aqui e outro acolá de assassinato, a intervalos de uma ou duas ou três semanas. Mas agora foram cinco assassinatos numa única noite e praticamente todos na mesma rua, naquela rua onde as crianças costumavam brincar, apenas um dos jovens havia sido vítima de bala perdida, os outros estavam “marcados para a morte”, as mortes foram premeditadas, ou seja, as balas estavam endereçadas. No caso de Mateus, segundo o relato da mãe e de seus filhos, os assassinos entraram na casa, executando o jovem na frente dos irmãos pequenos e da mãe, em outro caso, o jovem considerado cabeça do tráfico local foi assassinado em casa e o mais surpreendente para os moradores era que este aparecia muito raramente em sua casa, pois ele morava num bairro de classe média de Fortaleza, os boatos corriam pelas ruas: “como sabiam que o fulano estava em casa naquela noite?”. É o indício de que havia “trairagem”, delação.

As crianças recebiam os vivos e os adultos recebiam, por sua vez, os mortos. Uma forma de expressar medo, discutida em profundidade por Elias Canetti (1995). A mãe de Mateus, dona Francisca, mudou-se temporariamente para a casa da filha, segundo os boatos das vizinhas e as expressões dessa mãe, o motivo perpassava pelo temor da aparição do espírito de Mateus, mas isto não aparentava ser o mesmo temor das crianças. Elas estavam temerosas pelo retorno dos exterminados do seu irmão e de uma nova chacina acontecer ali tão próximo, com medo de uma nova guerra.

Foi, então, numa tarde e no meio da semana, após uma semana da chacina, que estivemos na casa de dona Francisca, juntamente com o coordenador do projeto missionário e mais dois voluntários. Os rapazes levavam os seus “instrumentos de trabalho”, Jorge com um violão e o coordenador com uma Bíblia, mas à primeira vista, aquela visita à casa da mãe e dos irmãos, que enterraram um jovem assassinado na

chacina da Estiva, teria duas características: um louvor a Deus e o consolo aos parentes, mas, principalmente, a mãe. Todavia, o acompanhamento da situação nos levou a compreender e a analisar outros aspectos importantíssimos do luto da família.

Na sala da casa da filha de dona Francisca estávamos com os rapazes do projeto, a mãe de Mateus e seus três irmãos pequenos. Os meninos e as meninas estavam perplexos com a chacina, calavam-se diante dos comentários, outros queriam expressar em palavras tudo o que acontecera e como se sentiam, mas a voz da mãe mandava o filho calar-se: “cala a boca e deixa eu (sic) falar de novo, eu sei como foi”.

Algumas questões que emergiram desse evento crítico, mas também de outras experiências de campo no Serviluz, despertaram nossas discussões para a construção desse *paper*: as orações aos familiares que perderam o jovem Mateus (22 anos), as narrativas de repulsa à polícia, sendo esta vista ainda mais fortemente como um potencial “agente assassino” e implacável diante daquele contexto, “o policial que mata e nunca será preso”, segundo a fala da Carol dias depois, e porque não mencionarmos, o tempo da brincadeira na rua com os coleguinhas que foi minimizado e agora estar em casa depois do almoço, após a escola e ir dormir cedo à noite, tornou-se um alívio para as mães que possuem filhos classificados como travessos e uma mudança drástica na experiência sociotemporal e socioespacial das crianças, além da ruptura com seus laços de afeto e amizade com os coleguinhas que mudaram de casa ou daqueles que não saem mais de casa, afinal a rua tornou-se perigosa em qualquer horário do dia e da noite. As brincadeiras das crianças e suas relações intersubjetivas com outras crianças do bairro restringem-se agora aos espaços de dentro das casas, a liberdade da rua, pelo menos momentaneamente, está interdita, um local que não se deve demorar muito tempo e a evitação, se possível, é necessária, por exemplo, pegar um outro caminho para chegar em casa.

Sobre espaços da casa e espaços da rua, recordamos de outra situação, certa vez, no projeto missionário, um menino de 10 anos estava aflito com o horário que o encontro terminaria naquela noite e sua preocupação tornou-se chacota dos colegas: “fulano, por que tu tá tão apressado, você está por acaso ‘marcado’”? Dessa maneira, o medo que as crianças possuem das ruas em situações próximas e extremas de casos de assassinatos de jovens na favela, são passíveis de tornar-se uma brincadeira e pôr em xeque a “masculinidade dos meninos”, ou seja, as provocações e insultos situacionais

emergiam em contextos de dramas familiares e nas impossibilidades de vivenciar a infância nas ruas da comunidade.

Com estas aproximações de campo, que demandarão ainda novas incursões intensivas, é que fizemos as perguntas que orientam nossa reflexão. O que as crianças podem nos ensinar sobre o tema recursivamente adultocêntrico das moralidades? Como as crianças relatam o problema da desconsideração que faz com que algumas crianças se tornem crianças “marcadas para morrer” no universo de lutas faccionais armadas das favelas? O que o próprio “pivete” tem a dizer sobre as dimensões simbólicas e morais da sua condição de “marcado para morrer”? O que compreendem as crianças como sendo o certo e o errado, o bom e o mau, o justo e o injusto, e quais os vocabulários de motivos com que elas se mobilizam frente às figuras da morte? Como a imaginação das crianças expressa o dilema de morte e vida imposto às pessoas indesejáveis nas favelas, incluindo crianças? A partir da interface da antropologia da criança e da sociologia e antropologia da moral, este artigo tem por objetivo compreender como as “mortes desconsideradas”, de pessoas classificadas como indesejáveis, são significadas pelas maneiras de falar de crianças que convivem em fronteiras de guerra em favelas à beiramar em Fortaleza. Busca etnografar as sensibilidades morais das crianças sobre o problema metafísico, religioso e político da “vida matável”, em geral tido como um problema dos adultos, a partir de uma antropologia da subjetividade realizada na perspectiva empírica das enunciações das crianças sobre a variação da categoria “pessoas marcadas para morrer”. Como as crianças falam sobre os sentidos de justiça, direito, moral, vida, morte, piedade, compaixão e outros temas correlatos que são temas etnocentricamente considerados fora da esfera de reflexão de pessoas moradoras de favelas e, muito menos, do alcance de crianças “excluídas”? Será que, de fato, a agência moral das crianças não problematiza em seus próprios termos e aproximações o que a tradição intelectual quer dizer quando discursa sobre tais tópicos? As crianças não possuiriam reflexão moral por serem “faveladas”, “pobres”, “vulneráveis” e de baixíssima escolaridade?

É por, etnograficamente, sabermos que as crianças, longe de tais rótulos e preconceitos, possuem muito a dizer sobre os temas complexos da moralidade que estamos propondo esse primeiro texto de aproximação a partir de um acesso etnográfico compartilhado recente (2013-2015), inserido no contexto de uma inserção anteriormente já consolidada (2008-2012).

Com essa nova experiência de campo, que mobiliza uma microrrede de duas dezenas de crianças, pretende-se explicitar, com base nas concepções imaginárias e nos relatos das crianças sobre casos de morte matada ou da condição de ameaça de morte, como as formas de imaginar e pensar das crianças podem oferecer ideias para uma ampliação do debate sobre a relação entre direito, justiça e moralidade, esses assuntos que de modo preconcebido não são usualmente tidos como “coisas de criança”, justamente o que pretendemos reverter com base no trabalho de campo ainda em andamento, em seu terceiro ano.

Compreender a significação simbólica dada para “mortes desconsideradas” através do ponto de vista de crianças moradoras de favelas à beira-mar na cidade de Fortaleza, onde a moral é entendida como uma dimensão de potencialização da agência, como uma dimensão da vida social e considerando a sociologia da moral como uma sociologia da agência (WERNECK, 2013). A partir da interface da antropologia da criança, sociologia da infância e da sociologia e antropologia da moral, este artigo tem por objetivo abrir a discussão sobre como as “mortes desconsideradas”, de pessoas classificadas como indesejáveis, são significadas pelas maneiras de falar de crianças que convivem em fronteiras de guerra nas favelas. Busca etnografar as sensibilidades morais das crianças sobre o problema metafísico, religioso e político da “vida matável”, em geral tido como um problema dos adultos, a partir de uma antropologia da subjetividade realizada na perspectiva empírica das enunciações das crianças sobre a variação da categoria “pessoas marcadas para morrer”. Explicitar, com base nas concepções imaginárias e nos relatos das crianças sobre casos de morte matada ou da condição de ameaça de morte, como as formas de imaginar e pensar das crianças podem oferecer ideias para uma ampliação do debate sobre a relação entre direito, justiça e moralidade, esses assuntos que de modo preconcebido não são usualmente tidos como “coisas de criança”. Procurar compreender a agência moral das crianças sobre a situação de “estar marcado para morrer” ou de “mortes matáveis” é uma maneira de abordar a problemática sociológica em outra perspectiva, tendo em vista, romper com o modelo adultocêntrico de pesquisas convencionais sobre a temática, propondo aqui uma pesquisa *com* crianças e não *sobre* crianças.

O ponto de vista de meninos/meninas e pela escuta das suas narrativas torna-se relevante para compreender que as concepções morais *das crianças* não são mera reprodução do mundo dos adultos, mas fruto de suas criações (produção) em

contextos situacionais de vivência e experimentação nas suas redes de relações, onde as crianças são seres ativos e atuantes, produtoras de cultura na vida social, atores sociais plenos nas relações sociais, onde crianças e adultos são seres sociais incompletos e em formação, ou seja, não há nessa perspectiva uma visão adultocêntrica.

Segundo Delgado e Muller (2005), não há por que separar crianças de adultos como se pertencessem a espécies diferentes. A infância é como uma coleção de ordens sociais diferentes. As crianças nessa pesquisa estão sendo consideradas como *reprodutoras interpretativas de cultura*, ou seja, não são meramente consumidoras da cultura social dos adultos, pois suas interpretações abrangem aspectos criadores de sua participação na sociedade, colaboram ativamente para produção e mudanças culturais, e como os adultos, são afetadas pela sociedade e cultura que integram (CORSARO, 2011). Mas as crianças também são *agentes competentes* (WERNECK, 2013) e possuem grandes *capacidades de compreensão* do mundo social, sendo assim, uma questão emerge: E por que não *escutar* as crianças imersas num universo de lutas faccionais armadas das favelas acerca da morte (ou ameaça de morte) de “pessoas desconsideradas”, sejam essas pessoas pertencentes as suas redes de parentesco, vizinhos, amigos, conhecidos e, em outros casos, as próprias crianças que possuem suas “vidas marcadas para a morte”?

A moral é percebida aqui como um dispositivo e como faculdade cognitiva dos atores sociais. As crianças possuem “capacidade moral” e “se os atores podem criticar (‘capacidade crítica’), eles precisam poder, antes disso, distinguir entre o que é o bem e o que não é o bem (para eles)” (WERNECK, 2013). Considerando-se as pluralidades de percepções e o processo de socialização das crianças, as representações sociais construídas ao longo da história, a morte é vista como um tabu social e algo estritamente extinto das conversas cotidianas. Em nossa sociedade o normal da vida social é a morte por envelhecimento ou de morte natural, por doença. Morrer criança e, ainda por cima, assassinada é algo extremamente abominável. Então, como uma criança vivência uma morte próxima e anunciada nesse contexto? Um extremo oposto é a prática de infanticídio em algumas comunidades indígenas que figura como algo normal e não é moralizado ou visto como prática ilegal entre esses grupos. Mas na sociedade ocidental há grande comoção em relação a esses tipos de práticas, vistas e punidas moralmente e judicialmente como crime e que despontam cada vez mais para a garantia

dos direitos das crianças e prevenção de violações diversas contra elas⁴. Essa discussão é amplamente difundida e em todas as camadas sociais sem distinção.

A morte e sua percepção é uma construção social extremamente complexa, e não simplesmente um processo biológico, e “há várias maneiras de lidar com o fato de que as vidas, incluídas as das pessoas que amamos, têm um fim” (ELIAS, 2001). A evitação em torno da ideia da morte perpassa muitas vezes na crença inabalável de que os “outros morrem, e eu não” (ELIAS, 2001). As dificuldades sociais, a aceitação do fim da vida e o processo de atribuições e significados à morte, as atitudes em relação aos moribundos foram analisados por Elias como aspectos peculiares de sociedades num estágio particular de desenvolvimento, logo, com uma estrutura particular. Enquanto avançamos cada vez mais num processo civilizador, a morte foi tomando proporções de *medo e dor, recalçamento e algo que não se deve falar na frente das crianças*, tornando-se a morte, assim, um dos grandes perigos biossociais na vida humana “(...) tanto como imagem mnemônica, é empurrada mais e mais para os bastidores da vida social durante o impulso civilizador. Para os moribundos, isso significa que eles também são empurrados para os bastidores, são isolados” (ELIAS, 2001). Dessa maneira, os moribundos, aqueles que morrem gradativamente ou por velhice ou por doença, sofrem “mortes sociais” na dimensão das relações interpessoais, são esquecidos pela vida social e rechaçados das relações comunitárias e familiares.

Os meninos “marcados para morrer” tornam-se seres “indesejados” diante de sua rede de relações sociais. Então, em que sentido as crianças possuem o medo da morte e como narram situações de “mortes matáveis”? Como os meninos “marcados para morrer” percebem o medo da morte? Como eles e sua rede de relações sociais significam a morte? E de que maneira a morte prematura pode fragilizar as socialidades desses meninos? Como as crianças falam sobre os sentidos de justiça, direito, moral, vida, morte, piedade, compaixão e outros temas correlatos que são temas etnocentricamente considerados fora da esfera de reflexão de pessoas moradoras de favelas e, muito menos, do alcance de crianças “excluídas”? Para as crianças, quem pode morrer? Quem pode matar e o que é matável?

O contexto de meninos e rapazes assassinados nas periferias e nas favelas está presente constantemente nos relatos de pessoas que convivem com eles, direta ou

⁴ Podemos citar aqui alguns casos que comoveram o Brasil e o mundo: o caso da menina Isabelle e o menino João Hélio. Casos extremamente midiáticos e até hoje lembrados como crueldade.

indiretamente, mães, cuidadoras, professores, educadores sociais, crianças, polícias, jovens e uma diversidade de atores sociais possuem alguma história para narrar.

Os significados encontrados pelos jovens e por suas famílias sobre as motivações da morte de um jovem assassinado por arma de fogo são extensos, motivos que perpassam pelos conflitos intergeracionais, intragrúpicos e interpessoais. As motivações são reflexos de uma violência difusa (BARREIRA, 2015) e percebida no cotidiano das comunidades.

Os jovens dessas comunidades possuem relações intersubjetivas abrangentes dentro de seus territórios de sociabilidade. Eles demonstram ter respeito, “consideração”, na relação com o bichão da favela (SÁ, 2011) por suas famílias e amigos, por toda sua extensão rede de relações interpessoais. Mas no universo das lutas armadas eles dizem: “antes a mãe dele chorar do que a minha”. A lógica dominante é de quem consegue escapar da morte primeiro. Eles atribuem a esse estilo de vida como algo natural a dinâmica de pessoas envolvidas no crime, na qual o “caçador deve ter mais predadores para não ser a caça do dia”. Os mercados ilícitos de drogas e de armas estão presentes, mas não são os únicos motivos das mortes dos jovens. Disputas por segmentos territoriais, disputas amorosas, vingança familiar, discussões banais em contextos interacionais perfazem as dinâmicas da violência armada letal.

Na trama cotidiana e das práticas culturais das crianças e adolescentes, seja em casa, na rua, na escola ou nos projetos sociais dentro das favelas vão se tecendo os projetos de vida, projeções de futuro “decente” para as crianças e que vão por água abaixo quando elas se envolvem no crime e ficam “marcadas para morrer”. Algumas deliberações emergem desse contexto: o “fulano não tem futuro e é malandro, só dá dor de cabeça para a família, faz a mãe chorar, é melhor que morra logo para dar paz pra família e para as *peessoas de bem* desse lugar”, “é alguém que não fará falta, é um menino danado, menino-cão, um cãozinho, menino ‘malino’, travesso, só traz confusão. Mete todo mundo em encrencas”.

Nesse contexto, crianças “marcadas para morrer” mexem com o imaginário infantil, pois assim como os adultos, elas percebem como uma descontinuidade de uma vida de futuro. Uma frustração e desrealização subjetiva, mas também, comunitária se percebe quando se deseja as mortes de crianças “marcadas” e “sem futuro”, “aqueles que não possuem mais jeito”, tudo se procurou fazer, elas passaram por medidas socioeducativas, internamentos, projetos sociais, pelas igrejas, pela família, mesmo que

“desestruturada”, pela escola, por todas as instituições que se possuem a crença de formadoras de “seres de bem”. Mas o que aconteceu? Por que elas não deram certo na vida? A culpa/falha foi de quem? Essas perguntas latejam na cabeça dos pais, principalmente das mães, dos educadores sociais, professores, mas também, das crianças, mas em com outras significações.

Os meninos com a “vida marcada para a morte” “não tomaram jeito” na concepção mais ampla, nenhum “processo civilizador” e moral deu conta desse sujeito. O menino torna-se um moribundo, um ser banido da sua rede de relações e de parentesco, pois confere um perigo, um mal em potencial para todos a sua volta, um sujeito social rechaçado das interações tanto nas territorialidades infantis como do amor dos adultos. Poucos serão aqueles que irão chorar a sua morte, pois muitos estarão exaltando esse “bem” que sua morte trouxe, a paz que reina momentaneamente na favela, eles dirão: “esse aí já foi tarde”, “menos um para perturbar nosso juízo”. Muitas mães e cuidadoras chorarão as perdas dos *meninos-moribundos*, de vidas e mortes severinas, mas também, elas sentirão culpas intermináveis, serão moralmente questionadas e banidas por não terem educado direito, serem omissas, terem passado muito a “mão na cabeça” de seus meninos, por não terem dado os corretivos físicos e morais necessários que todas as crianças devem passar no processo de socialização e, assim, poderiam ter crescido como “cidadãos de bem”, homem honestos e trabalhadores, futuros pais de família. Então, assim “deveria ter sido”, mas não foi, segundo os discursos de pessoas responsáveis institucionalmente pelas crianças, uma complexa falha no caminho ocorreu e o menino hoje está morto, tornou-se mais um dado estatístico nos homicídios contra a população de classe popular, negra e jovem no Brasil.

Dentro de uma configuração simbólica de favelas enraizadas por alta vulnerabilidade civil e socioeconômicas, lutas faccionais armadas, disputas pela verdade, mas também, pelas territorialidades simbólicas e subjetivas de lugares marcados por infinitos conflitos sociais inflamados, cotidianos, de amplas dores sociais que respingam sobre os universos infantis de meninos e meninas moradoras desses lugares, onde crianças estão expostas à violência e são as principais vítimas, onde as “mortes de pessoas indesejáveis” ou “mortes desejáveis”, tanto a de seus próximos quanto de pessoas da comunidade, acabam por fragilizar suas concepções sobre as relações sociais e mobilizam redes de desrealização do universo infantil, tanto para elas quanto para os adultos. Potencializam-se as descrenças e se multiplicam as zonas de

desconfiança, exclusão de meninos e meninas que não se “enquadram” nas morais do lugar, quando estes são as “vidas indesejáveis”, numa tensão da exclusão dentro da exclusão, por exemplo, meninos “marcados” não podem participar dos projetos sociais dentro da comunidade.

A “morte matável” no imaginário das crianças pesquisadas é enxertada por metáforas, transcorridas nas brincadeiras e nos modos de expressões espontâneas e num modo “quase adulto de ser” elas procuram potencializar e falar sério sobre as questões que as incomodam. As brincadeiras são expressões das conflitualidades presenciadas e sentidas por meninos e meninas nessa pesquisa, onde o fato de um menino estar preocupado com a hora que a reunião do projeto vai terminar torna-se motivo de zombaria perante os colegas, pois foi interpretado como estando “marcado para morrer”, logo, tem que correr contra o tempo e dos perseguidores para continuar sobrevivendo. Meninos que passam semanas sem aparecer na escola são classificados como “marcados”, pois estão provavelmente em confinamento em casa ou no interior do Estado na casa de parentes, no intuito de preservar a vida. As fofocas se espriam e algumas brincadeiras de “mal gosto” também possuem fortes amarrações de classificações, principalmente, nas situações de “guerras” nas favelas. Um “mal entendido”, um “mal dito”, uma fofquinha de nada, uma brincadeirinha sem intenção entre meninos, “pivetes” podem produzir tensionamentos graduados e explosivos, onde meninos “marcados para morrer” ficaram “marcados” por um engano, por ações e frases distorcidas, por um “disse me disse” que no fundo não foi intencional.

Então, por que crianças e adolescentes estão morrendo? Por que estamos vivenciando um extermínio contra o segmento infanto-juvenil do sexo masculino, negros, de camadas populares e pertencentes as periferias? Os especialistas, os dados estatísticos e oficiais, mas também, a grande mídia sempre está difundindo que o sexo masculino são as vítimas preferenciais, pois culturalmente eles estão em redes sociais e em ambientes mais perigosos do que as mulheres. As motivações apresentadas são amplamente complexas, pois o sexo masculino é aquele que mais se envolve em brigas, em conflitos interpessoais, consumo de drogas, acesso às armas de fogo, disputas por território, disputas amorosas e controle do tráfico de drogas e de armas.

Diante dessa situação, o crime e a violência afetam indistintamente milhões de crianças em áreas urbanas, onde em algumas situações são alvo, em outras participam ou testemunham/presencial práticas violentas diversas. Tal configuração pode vir a minar a confiança das crianças nos adultos e na ordem social, pode prejudicar

de maneira significativa o desempenho escolar e, até mesmo, causar problemas de saúde, como depressão e ansiedade⁵.

Diante desse panorama, ser morador da periferia e carregar uma série de imputações constroem uma imagem estigmatizante (GOFFMAN, 2012) para o segmento infanto-juvenil de Fortaleza. Nesse sentido, podemos perceber uma gama de significações sociais em torno do “sujeito suspeito”, sendo indesejáveis e banidos das relações sociais, pois é um potencial sujeito criminoso e pessoa “não merecedora de confiança”. Misse (2010) nota que alguns “tipos sociais” são acusados socialmente pela pobreza, favelização, pela cor e estilo de vida, onde seus crimes se tornam diferentes dos outros, pois não são apenas criminosos; são “marginais”, “violentos” e “bandidos”. Nesse sentido é relevante apropriar-se do conceito de *sujeição criminal* para compreender a situação dos jovens assassinados na cidade:

A sujeição criminal é exatamente esse processo por meio do qual um cidadão incriminado é transformado num não-homem, em que o criminoso é transformado em ‘bandido’, isto é, num tipo social cuja afinidade com outros tipos e camadas sociais está estabelecida no tempo de longa duração de nossa história. Em nome de uma atitude racionalmente preventiva, construímos todas as condições através das quais iremos punir preferencialmente – de diferentes maneiras – pessoas que, mesmo não estando a cometer nenhum crime, são suspeitas de serem potencialmente propensas a cometê-lo. Bandidos metafóricos, bandidos metonímicos, bandidos que são os presos de sempre. Mas, no limite, pessoas que ‘podem’ ser mortas, pessoas que se deseja que sejam mortas. (MISSE, 2008, p.10).

Em *Vigiar e Punir*, Michel Foucault discute que ao longo dos séculos verificou-se uma economia no processo de punição judicial, mas também, uma economia política do corpo dos condenados (economia nos castigos). A pena passou a ser percebida não como para punir, mas para reeducar. Nesse sentido, mesmo que sua abordagem nesse livro seja o nascimento das prisões, gostaria de fazer algumas chaves de leitura para pensar os homicídios dos jovens pobres, negros e de periferia em Fortaleza, no qual seus crimes ou não crimes (no caso, de assassinatos de jovens não envolvidos no crime) são condenados, julgados e punidos por pessoas que, por lei, não estão autoridades (legitimadas pelo Estado) para a execução desses meninos e rapazes.

⁵ Relatório *Situação mundial da infância* – crianças em um mundo urbano (2012).

O suplício, a encenação pública e ritual ou as “escondidas entre a boca da noite e madrugada”, a execução sumária de alguns jovens da periferia e a percepção de que o corpo é um elemento passível de punição, subjugação, humilhação são percepções carregadas de signos. O corpo desses meninos e rapazes no contexto de uma violência difusa pode ser percebido numa lógica próxima ao corpo definido por Foucault (1999):

Mas o corpo também está diretamente mergulhado num campo político; as relações de poder têm alcance imediato sobre ele; elas o investem, o marcam, o dirigem, o supliciam, sujeitam-no a trabalhos, obrigam-no a cerimônias, exigem-lhe sinais. Este investimento político do corpo está ligado, segundo relações complexas e recíprocas, à sua utilização econômica; é, numa boa proporção, como força de produção que o corpo é investido por relações de poder e de dominação [...]; o corpo só se torna força útil se é ao mesmo tempo corpo produtivo e corpo submisso (PP. 25 e 26).

Seja os traficantes, seja a polícia, seja um colega da comunidade ou não, as práticas violentas e letais exercidas contra os corpos dos jovens assassinados estão imersas de relações de poder e dominação, de um enfrentamento aos poderes legitimados e “resolução com as próprias mãos” (“justiça com as próprias mãos”).

O recrutamento de jovens para o tráfico de drogas, mas também, de armas e as relações de poder intrínsecas a isto são a ponta do *iceberg* para compreender o contexto dos extermínios, pois a problemática é mais extensa do que imaginamos. Dessa maneira, quando jovens pobres, negros e pertencentes às periferias são assassinados são logo associados à criminalidade e ao fato de que dispunham de “escolhas certas na vida, mas preferiram a vida errada”, ou seja, a problemática se generaliza e se dissemina como sendo esse sujeito um indivíduo “inútil”, “vagabundo”, “malandro”, se torna gradativamente, antes mesmo de morrer, um sujeito desacreditado.

A cidade de Fortaleza experimenta uma violência difusa e uma sensação de insegurança latente, em que tal contexto respinga, principalmente, na população jovem. Sobre isso, César Barreira (2013) relata:

A sensação de insegurança e o medo social no Brasil têm profunda relação com o crescimento dos homicídios e da criminalidade, com a configuração de uma violência difusa, mesmo mantendo o quadro de existência de ‘vítimas preferenciais’ e a classificação de ‘crueldade’ das práticas criminosas. O cenário violento tem, no entanto, uma relação direta, também, com a ampliação do espectro da criminalização de práticas sociais. Colhe, neste plano, uma dimensão paradigmática deste fenômeno a criminalização de práticas violentas (p. 239).

Sendo assim, a violência difusa (BARREIRA, 2013) traz um aspecto importante de discussão, no qual há uma “violência democrática⁶” no panorama das sociabilidades, “o ‘difuso’ relaciona-se, claramente, com a possibilidade de que todos, independentemente de sexo, idade ou classe social, possam ser vítimas de práticas classificadas como violentas, presentes em diversificadas situações sociais” (p. 224).

As motivações para os homicídios dos jovens em Fortaleza correspondem a uma gama de questões, mas devemos ter sempre em pauta que os jovens estão sendo as principais vítimas, é o segmento juvenil que mais morre, e não o que mais mata como apontam alguns discursos de massa (mídia – noticiário de jornais e programas policiais, empresas de segurança privada, governos, população, etc.).

O sensível aumento dos homicídios por arma de fogo, a redução nos homicídios por arma branca (fenômenos que se apresentam no estado do Ceará), os conflitos interpessoais, os enfrentamentos para a resolução de conflitos comunitários, as práticas de extermínios exercidas não apenas pelos jovens das periferias, mas também, pelos agentes de poder, a polícia; a descrença na justiça e nas instituições de segurança pública, o tráfico de drogas e de armas no Estado do Ceará, a sensação de insegurança são apenas alguns elementos que se apresentam na configuração dos homicídios contra meninos e rapazes das periferias. Há um contexto complexo e imbricando de relações que se faz necessário um maior aprofundamento.

Considerações finais

Estávamos discutindo neste texto sobre como as crianças atuando como sujeitos sociais e morais, mas tecendo uma análise da moral como socialidade, um modo de expressão *na* e *para* a socialidade, ou seja, a moral como uma maneira de estar e se relacionar no mundo social e não compreendemos dentro dessa perspectiva as crianças como simples reprodutoras da cultura dos adultos, e sim como agentes sociais com “capacidades morais” nos seus contextos de vivência. Em outras palavras, as crianças são construtoras também da realidade social e cotidiana, elas participam ativamente do mundo social e são portadoras de morais sociais, não por simples inculcação de um *habitus*, mas são agentivas (poder de agência) na interpretação da moral local onde convivem.

⁶ Uma ironia advinda do senso comum (BARREIRA, 2013).

Mas algumas questões emergem: existiria uma moral das crianças acerca dos conflitos armados na favela, das “mortes marcadas”? Podemos dizer que sim, mas não como meras cópias e reproduções das morais sociais e dos adultos, pois as crianças como agentes sociais atuantes e competentes no universo social são capazes de maximizar, potencializar e exortar uma moralidade por via de outras práticas, expressando de outras maneiras essa moralidade, seja pela brincadeira, pelo medo de estar na rua brincando com os amigos após alguns eventos críticos.

O universo infantil está partido mais uma vez pelas fronteiras simbólicas da violência e quando será reestruturado, nem elas, as crianças, o sabem. Dessa maneira, compreendemos que a capacidade de criar novos contextos é central para a agência moral dos sujeitos, mas que também, a ideia de que os sujeitos são produzidos no e pelo campo de práticas se torna importante para entender as atribuições de moralidade nas situações pelas crianças.

A exteriorização das morais em torno dos conflitos armados e sobre a morte são construídos coletivamente, à primeira vista (se olharmos superficialmente), mas também o são subjetivamente nas suas relações com o outro, pois as relações intersubjetivas das crianças no Serviluz estão carregadas de morais simbólicas e agenciadas, onde o campo da alteridade e a multiplicidade que é um sujeito ficam latentes nessa perspectiva de análise.

A agência das crianças diante da moral existente e a reelaboração desta num contexto multifacetário e em situações de interação extremas ou não, onde as famílias (os irmãos do rapaz “marcado” e assassinado) são rechaçadas por um tempo físico e intersubjetivo das relações morais das crianças, mas dos adultos também. Seja criança ou jovem exterminado, algumas crianças vizinhas mudam suas práticas cotidianas: não transitam e nem brincar mais na rua onde se localiza a casa da vítima, não querem mais conversa com as crianças daquela casa e um círculo de “inimizades”, ou melhor, afastamento social se instaura na espacialidade do lugar. As relações morais das crianças vão se tecendo nesse contexto e algumas expressam sentimentos de justiça, ou melhor, de injustiça diante do direito legal, onde a saída seria um justicamento social, uma espécie de “justicamento das crianças”, que aparentava proximidade com o dos adultos da comunidade.

Referências

- AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer**: o poder soberano e a vida nua I. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.
- AGUIAR, Deiziane P. “Não tenho medo da estiva, não”: crianças entre interações e *acusações* na comunidade do Serviluz. (Monografia de Graduação). UFC, 2014.
- ARAÚJO, Francimara Carneiro. Ser Criança: Um Estudo Etnográfico Sobre As práticas infantis no Parque Santa Filomena, Jangurussu, Fortaleza-Ce. 2014. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014.
- ARIÈS, Philippe. *História da Morte no Ocidente: da Idade Média aos nossos dias*. São Paulo: Ediouro, 2001.
- BARREIRA, César. Crueldade: a face inesperada da violência difusa. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 30, n. 1, p. 55-74, April, 2015.
- BARREIRA, César. Violência difusa, medo e insegurança: as marcas recentes da crueldade. **Revista Brasileira de Sociologia**, vol. 01, nº 01, jan/jul 2013.
- DIÓGENES, Glória. **Cartografias da cultura e da violência**: gangues, galeras e o movimento hip hop, 2ª. ed. São Paulo: Annablume, 2008.
- CANETTI, Elias. **Massa e poder**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- CASTRO, Eduardo Viveiros de. O medo dos outros. **Revista de Antropologia**, [S.l.], v. 54, n. 2, ago. 2012.
- CAVALCANTE, Ricardo Moura Braga. **Vidas breves**: investigação acerca dos assassinatos de adolescentes em Fortaleza. Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará, (Dissertação de Mestrado), UECE, 2011.
- COHN, Clarice. **Antropologia da Criança**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2005.
- CORSARO, William A. **Sociologia da infância**. Porto Alegre: Artmed, 2011.
- DAS, Veena. **Critical Events**: An Anthropological Perspective on Contemporary India. New Delhi: Oxford University Press, 1995.

DAS, Veena. Fronteiras, violência e o trabalho do tempo: alguns temas wittgensteinianos. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 14, n. 40, p. 31-42, June, 1999.

DELGADO, Ana Cristina C.; MULLER, Fernanda. Sociologia da Infância: pesquisa com crianças. *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 26, n. 91, p. 351-360, maio/ago. 2005.

ELIAS, N; SCOTSON, J.L. *Os estabelecidos e os outsiders*: Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

ELIAS, Norbert. *A solidão dos moribundos*. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2001.

_____. *Os alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

Entrevistas com M. J. Sarmiento. *É preciso ouvir as crianças*, agosto de 2011. Disponível em: <<http://revistaeducacao.uol.com.br/textos/161/artigo234827-1.asp>> Acesso em: 30 ago. 2014.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*: História da Violência nas Prisões. Vozes Editora, Petrópolis, 1999.

FONSECA, Claudia. *O abandono da razão*: a descolonização dos discursos sobre a infância e a família. Psicanálise e colonização: leituras do sintoma social no Brasil. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

FREUD, S. Luto e melancolia. Sigmund Freud Obras Completas. Vol. 12. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. (Trabalho original publicado em 1917).

GARLAND, David. *A cultura do Controle*: crime e ordem social na sociedade contemporânea. Revan, Rio de Janeiro, 2008.

GOFFMAN, Erving. *Estigma*: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: LTC Editora, 2012.

MAUSS, Marcel. A expressão obrigatória dos sentimentos. In: OLIVEIRA, Roberto Cardoso de (organizador). **Marcel Mauss**: antropologia. São Paulo: Ática, 1979.

MISSE, Michel. Crime, Sujeito e Sujeição Criminal: aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria “bandido”. *Lua Nova*, São Paulo, 79: 15-38, 2010.

PIRES, Flávia. *Ser adulta e pesquisar crianças: explorando possibilidades metodológicas na pesquisa antropológica*. Revista de Antropologia, V. 50, n. 1, USP, 2007.

POLLACK, Michel. Memória, esquecimento e silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, p.3-15, 1989.

PRIORE, Mary Del (org.). *História das crianças no Brasil*. 7º. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

SÁ, Leonardo Damasceno de. *Guerra, Mundão e Consideração*. Uma etnografia das relações sociais dos jovens do Serviluz. 2010. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.

_____. “Moralidades possíveis e o sujeito como multiplicidade de práticas: um campo aberto de questões”. In: *Pensando bem: estudos de sociologia e antropologia da moral*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2014.

_____. A condição de ‘bichão da favela’ e a busca por ‘consideração’: Uma etnografia de jovens armados em favelas à beira-mar. **DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social** - Vol. 4 - no2 - ABR/MAI/JUN, pp.339-355, 2011.

SARMENTO, M. J.. Gerações e Alteridade: interrogações a partir da sociologia da infância. *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 26, n. 91, p. 361-378, Maio/Ago. 2005.

SCHUCH, Patrice. Uma lei moderna x Uma cultura tradicional: notas sobre reformulação do campo de atenção à infância e juventude no Brasil. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, vol. 2, n. 4, dezembro de 2010.

SCHUCH, Patrice; RIBEIRO, Fernanda B.; FONSECA, C. Infâncias e crianças.

Saberes, tecnologias e práticas. *Civitas*, Porto Alegre, v.13, n. 2, p. 205-220, maio-ago. 2013.

UNICEF. Relatório Situação mundial da infância – crianças em um mundo urbano, New York, 2012.

WASELFISZ, Julio Jacobo. Mapa da Violência (2011) – Os jovens no Brasil. 1º edição. Instituto Sangari e Ministério da Justiça. São Paulo, 2011.

WASELFISZ, Julio Jacobo. Mapa da Violência (2012) – Crianças e Adolescentes do Brasil. 1º edição. FLACSO Brasil - Área de estudos sobre a violência. Rio de Janeiro, 2012.

WASELFISZ, Julio Jacobo. Mapa da Violência (2013) – Homicídios e Juventude no Brasil. Governo Federal - Brasil. Brasília, 2013.

WASELFISZ, Julio Jacobo. Mapa da Violência (2013) – Mortes Matadas por Arma de Fogo. CEBELA e FLACSO Brasil. 2013.

WASELFISZ, Julio Jacobo. Palestra Pela Vida da Juventude. Cuca do Modubim – Fortaleza - Ceará, 13 de set. 2014.

WERNECK, Alexandre. Sociologia da moral como sociologia da agência. *RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, v. 12. n. 36, pp. 704-718, dez. de 2013.

ZALUAR, Alba. Pesquisando no perigo: etnografias voluntárias e não acidentais. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 557-584, Oct, 2009.

ZALUAR, Alba e BARCELLOS, C. Mortes Prematuras e Conflito Armado pelo Domínio das Favelas no Rio de Janeiro. *RBCS*, vol. 28, fev., 2013.

Fontes de jornais

Fortaleza a 4º capital em assassinato de jovens. *Diário do Nordeste*, 22 de dez. de 2010. Disponível em: <<http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/cidade/fortaleza-4-capital-emassassinato-dejovens-1.737852>>. Acesso em: 7 mai. 2013.

Estudante teme até amigos de infância em Fortaleza. Folha de São Paulo, 30 de setembro de 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/09/1688270-estudante-teme-ate-amigos-de-infancia-em-fortaleza-campea-de-assassinatos.shtml>>. Acesso em: 30 de setembro, 2015.

Jovem é executado a tiros no Serviluz. *Jornal O Povo*, 23 de mar. de 2014. Disponível em: <<http://www.opovo.com.br/app/fortaleza/2014/04/23/noticiafortaleza,3240424/jovem-e-executado-a-tiros-no-serviluz.shtml>>. Acesso em: 20 set. 2014.

Jovem que fazia assaltos próximo da Beira-Mar é fuzilado na Favela Saporé, no Mucuripe. *Diário do Nordeste*, 19 de fev. de 2014. Disponível em: <<http://blogs.diariodonordeste.com.br/policia/assassinato/jovem-que-fazia-assaltos-proximo-da-beira-mar-e-fuzilado-na-favela-sapore-no-mucuripe/>> Acesso em: 11 de mar. 2015.

Número de homicídios cresce 29% no Ceará. *Jornal O Povo*, 16 de mai. de 2013. Disponível em: <<http://www.opovo.com.br/app/opovo/cotidiano/2013/05/16/noticiasjornalcotidiano,3057116/numero-de-homicidios-cresce-29-no-ceara.shtml>> Acesso em: 19 mar. 2014.

Pela 1ª vez Ceará atinge meta de redução de homicídios. *Jornal O Povo*, 11 de set. de 2014. Disponível em: <http://www.opovo.com.br/app/opovo/cotidiano/2014/09/11/noticia_sjornalcotidiano,3312887/pela-1-vez-ceara-atinge-meta-de-reducao-de-homicidios.shtml> Acesso em: 20 set. 2014.

Relatório coloca Brasil em 6º em taxa de homicídio de crianças e jovens, *BBC*, 4 de set. de 2014. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2014/09/140904_uni_cef_homicidios_lk>. Acesso em: 05 set. 2014.

Uma geração de jovens educada na cultura do medo, *Diário do Nordeste*, 25 de out. de 2009. Disponível em: <<http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=683673> Uma geração de jovens educada na cultura do medo>. Acesso em: 20 mar. 2013.